

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Veja

Class.: 26

Data 3 de maio de 1972

Pg.: 52

CIMI

RELIGIAO

Respeito ao Índio

Na semana passada, a Igreja Católica no Brasil confessou-se e reconheceu publicamente as falhas no relacionamento de seus missionários com os índios. "Tudo que fizemos no passado estava errado", lamentou-se o padre Vicente César, presidente da Anthropos do Brasil (entidade católica dedicada a pesquisas etnológicas e lingüísticas) e agora secretário do Conselho Indigenista Missionário da CNBB. "Acabamos com a religião dos índios, com sua maneira de pensar, de pescar, de caçar, de viver. Em suma, a destruição da cultura do índio, em muitos casos por culpa da catequese, foi um erro."

A criação do Conselho Indigenista, cuja principal função será "servir de ponte entre a Igreja e o governo nas questões referentes ao trato com os índios", foi o resultado mais palpável do encontro que 28 padres, freiras e bispos tiveram em Brasília, nos dias 21 a 24 de abril, para discutir aspectos da "pastoral indígena". E, no campo dos princípios e doutrinas, a Igreja dispôs-se a corrigir os erros do passado que, de acordo com o padre Vicente César, não foram apenas dela, mas de "todos os brasileiros".

Um ser humano — Em tempos ainda recentes, a preocupação mais urgente de um missionário ao chegar a uma aldeia índia era salvar a alma de seus habitantes e livrá-los do pecado. Para isso, batizava a todos rapidamente, exigia que cobrissem sua nudez e eliminava os costumes que considerasse anticristãos. Em algumas missões chegou-se a induzir a construir internatos separando moças de

rapazes. Quando os jovens chegavam à idade de constituir família, em muitos casos a freira responsável não só determinava quem podia se casar como também escolhia os noivos por sua própria conta.

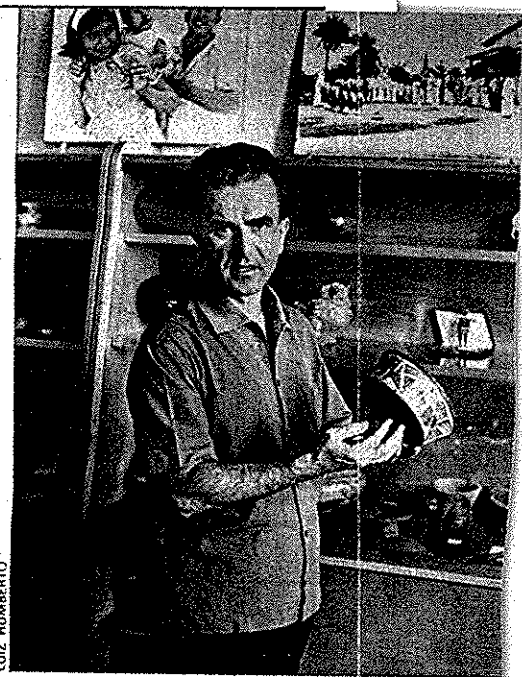
No encontro de Brasília, ao contrário, um princípio óbvio orientou os debates: o índio é um ser humano como outro qualquer; seus hábitos, sua cultura, sua religião e seu direito à posse da terra que habita não devem ser violentados. E, pelo que se pode deduzir das atribuições conferidas ao Conselho Indigenista*, a Igreja pretende não só respeitar tais direitos como defendê-los. De imediato, o Conselho pretende elaborar um Estatuto do Índio "que melhore o proposto pela Fundação Nacional do Índio (Funai)" e possa ser apresentado ao governo como sugestão.

Pontos de atrito — Não houve preocupação de se esconderem as divergências existentes entre a Igreja e a Funai. Afinal, segundo o padre Vicente César, embora exista uma concordância satisfatória no campo teórico, o mesmo não acontece no terreno prático: "O atual presidente da Funai, por exemplo, fala na necessidade da integração rápida dos índios, por causa das estradas em construção no oeste e na Amazônia. Ora, se uma estrada passa aqui, pode passar a 10 e até 50 quilômetros de distância sem sacrificar o país e sem prejudicar

* Principais atribuições do Conselho: formar um departamento jurídico para estudar problemas indígenas surgidos nas áreas governamentais; manter um representante no Conselho Indigenista da Funai; coordenar as atividades missionárias em todo o país; formular diretrizes antropológicas unificadas para os missionários.



Um missionário entre os uaiçás de Rondônia: a conquista pelo exemplo



Padre César: estava tudo errado

os índios". Por achá-la inevitável, a Igreja defende a aculturação lenta do índio. E no encontro de Brasília fez-se uma distinção entre aculturação e assimilação: no primeiro caso, o índio acaba se integrando à cultura do branco sem perder suas tradições e características essenciais; no segundo, elas são totalmente anuladas.

"Para enquadrar a evangelização dentro do primeiro processo", diz o padre César, "o Concílio Vaticano II recomendou o seu desenvolvimento em quatro etapas: primeiro, o missionário vai à aldeia e apenas dá o exemplo de como vive e se comporta um cristão; numa segunda fase, ele procura conhecer em profundidade a religião da tribo e enxertar-lhe elementos do cristianismo; na terceira fase, deverá se esforçar para eliminar costumes contrários à lei natural, como o sacrifício de crianças ou anciãos e as guerras; a evangelização, propriamente, só entra na fase final, mantendo-se entretanto a liturgia dos índios".

A posse da terra — A Funai também não vê com bons olhos a catequese — e esse é outro elemento de discórdia. "Mas eles acabam cometendo o mesmo erro que tivemos no passado", observa o padre César: "Fazem o índio andar fardado, cantar o Hino Nacional, criam até a Guarda Índia, coisas já condenadas pelos antropólogos". E nesse cenário de tantos desentendimentos surge também a questão da posse das terras: para a Funai, as regiões ocupadas pelos índios pertencem à União; a Igreja acha que elas são dos índios, seus primeiros moradores, e só poderiam ser desapropriadas se seus donos recebessem outras áreas semelhantes. Índio sem terra não sobrevive, explica o padre César: "Um branco mora até em 4 metros quadrados. O índio não. Cada um precisa, no mínimo, de 1 quilômetro para poder caçar e pescar".

3.5.72

VEJA

É possível, porém, que todas essas arestas venham a ser aparadas num futuro bem próximo. O encontro de Brasília foi apenas a fase preparatória de um outro mais importante, do qual participarão os representantes da Funai e de missões de outros credos religiosos — num esforço ecumênico para salvar o índio brasileiro da extinção.